

## Apresentação

### Políticas de Ações Afirmativas: avanços, limites e repercussões na educação pública

Orgs.:  
**MILLE CAROLINE RODRIGUES FERNANDES\***  
**MARIA RITA SANTOS\*\***

Este dossiê é composto por seis artigos resultantes de estudos e pesquisas no âmbito das Políticas de Ações Afirmativas, em particular, discussões com importantes reflexões no enfrentamento às desigualdades raciais no campo educacional. Compreendemos, que essa temática sequer faria parte da agenda das políticas públicas sem as lutas reivindicatórias empreendidas por movimentos negros e indígenas, pois, a ausência da dimensão étnico-racial tem sido intencional e estruturante de hierarquias, provocando a naturalização dessas desigualdades. Trata-se de discutir avanços, limites e desafios para a efetiva presença

daqueles/as, historicamente, excluídos/as dos espaços de poder e prestígio social.

O texto que inicia esta edição: *Da retomada ao presente: políticas afirmativas para Povos Indígenas no Brasil* de Rafael Xucuru-Kariri e Suzane Lima Costa aborda sobre políticas afirmativas para indígenas no Brasil trazendo à tona a recente história pessoal de jovens estudantes que, ao ingressarem na universidade pública, precisaram inventar estratégias para morar, comer, vestir e, finalmente, estudar fora de suas aldeias. As Histórias pessoais desses estudantes indígenas, apresentadas por



\* **MILLE CAROLINE RODRIGUES FERNANDES** é Pós-doutoranda em Educação (IEA/USP). Doutora em Educação e Contemporaneidade (PPGEdC/UNEB). Professora de História da África (Ensino Fundamental II/Município de Nazaré/Bahia); Professora Colaboradora no Departamento de Línguas e Literaturas Africanas (ISCED/Luanda). Pesquisadora do Grupo Memória da Educação na Bahia (PROMEBA/PPGEduc/UNEB); membra e vice-coordenadora do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros em Línguas e Culturas (NGEAALC/UNEB).



\*\* **MARIA RITA SANTOS** é Doutora em Educação e Contemporaneidade (PPGEdC/UNEB); Pesquisadora e colíder do Grupo de Pesquisa em Acesso, Permanência e Evasão na Universidade (GRAPEUNI/ UESC/ CNPq); professora-pesquisadora do Pré-universitário para Afrodescendentes (PREAFRO/ Itabuna-Bahia).

meio de cartas produzidas por lideranças e estudantes indígenas e enviadas ao Brasil, expressam como esses povos mobilizaram e ainda mobilizam seu ingresso nessas instituições como forma de existir na comunidade política nacional, não mais como o “outro” exótico e infantilizado, mas como participante nas decisões políticas.

O artigo escrito por Uilson Viana de Souza intitulado *As políticas públicas afirmativas voltadas para os territórios quilombolas e o mito da igualdade social* discute o legado e o ideário das políticas públicas afirmativas voltadas para as populações quilombolas com foco na educação escolar quilombola. Busca compreender as políticas pensadas no bojo das gestões públicas e como a ideia de igualdade social acaba por negar direitos para questões interseccionais como raça, gênero e racismo.

A discussão apresentada no artigo escrito por Lívia Jéssica Messias de Almeida, sob o título *Fala, professor: análises das ações de formação de professores para a educação das relações étnico-raciais*, discute sobre o resultado da triangulação de uma pesquisa qualitativa através da análise de conteúdo, das respostas do questionário de 91 professores de 36 escolas públicas em relação às ações de formação para a Educação das Relações Étnico-raciais ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana-Bahia. Nas análises o racismo institucional e o racismo estrutural constituíram-se como dimensões centrais a partir de dois eixos: hegemonia curricular em disputa e ausência de vontade política.

O texto produzido por Otto Vinicius Agra Figueiredo intitulado *Ações afirmativas na educação superior em diálogo com Nancy Fraser* apresenta a discussão sobre as ações afirmativas na educação superior dialogando com a

perspectiva da Teoria do Reconhecimento da filósofa Nancy Fraser. A filósofa defende que essas lutas precisam integrar as reivindicações por reconhecimento e redistribuição num modelo amplo que dê conta das demandas do nosso tempo, como também, defende o *modelo de status*, no qual o que requer reconhecimento não é a identidade subalternizada dos grupos discriminados, mas a condição de serem parceiros em potencial na interação social em condições de igualdade.

A discussão abordada no artigo *Narrativas de estudantes cotistas em curso de alto prestígio social da UNEB* de autoria de Vandeilton Trindade Santana nos apresenta um trabalho instigante sobre as políticas de ações afirmativas na Universidade do Estado da Bahia, especificamente as narrativas de estudantes cotistas em curso de alto prestígio social. Um recorte da sua dissertação de Mestrado em Educação e Contemporaneidade que teve como foco principal, pesquisar a trajetória dos estudantes que optaram pelo sistema de cotas e de como as políticas de ações afirmativas contribuíram para o acesso a universidade e ao mesmo tempo, criar estratégias para lidar com as dificuldades ao longo do curso.

Por fim, o texto *Movimentos negros e ações afirmativas no ensino superior: resistências, diálogos e conquistas no sul da Bahia* de autoria de Maria Rita Santos aborda a centralidade de Movimentos Negros nas lutas pela efetivação das ações afirmativas visando o acesso de estudantes negros oriundos da escola pública à Universidade. Discute a desigualdade racial no ensino superior no Sul da Bahia, que se manifesta na ausência da população negra na universidade identificada por sujeitos negros moradores da periferia do município de Itabuna em 2001, a partir

da realização de uma pesquisa, como também em seu ponto alto, o artigo considera que os Movimentos Negros, historicamente, atuam para reverter a exclusão de várias formas, dentre as quais: ações coletivas voltadas para a educação da população negra, ao tempo em que, denunciam a omissão por parte do estado brasileiro e sistematizam propostas de políticas públicas efetivas que reconheçam a desigualdade racial como central na formulação de ações afirmativas.

Estes textos reunidos nesta publicação também fazem parte da luta coletiva e permanente empreendida

historicamente, por aqueles que atuam para denunciar as várias formas de exclusão, reivindicar e propor políticas públicas efetivas que reconheçam a desigualdade racial como central na formulação de ações afirmativas, sobretudo, no âmbito da educação pública voltada para estudantes negros/as, indígenas, quilombolas e outros grupos submetidos as injustiças raciais, econômicas, simbólicas e cognitivas.

Recebido em 2022-10-05

Publicado em 2022-11-01